

Novos imaginários, mas as mesmas assimetrias: os desafios da cooperação internacional cultura-comunicação¹

Marta Porto²

RESUMO: O ensaio apresenta os principais desafios da cooperação internacional em um mundo mediático, onde os processos de criação, produção, distribuição e apreensões culturais enfrentam mudanças dinâmicas. Propõe que a cooperação internacional seja essencialmente um espaço de encontro de caráter universal e humanista. Um espaço onde se ampliam as possibilidades de apreensão da realidade nos planos conceitual, estético e ético.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação internacional; Cultura; Comunicação; Ética.

New imaginaries, but the same asymmetries: the challenges of the culture-communication international cooperation

ABSTRACT: The essay presents the main challenges of the international cooperation in a mediation world, where the processes of creation, production, distribution and cultural apprehensions confront dynamic changes. It proposes that the international cooperation should be essentially a meeting spot with universal and humanist characteristics. It would be a spot where it is possible to enlarge the possibilities of the reality apprehension in the conceptual, aesthetic and ethic fields.

KEYWORDS: International cooperation; Culture; Communication; Ethics.

Preâmbulo

O principal sentido da cooperação internacional é afirmá-la como um espaço de encontro. Espaço onde se ampliam as possibilidades subjetivas de apreensão da realidade social nos planos conceitual, estético e ético.

Assim, o exercício da cooperação internacional demanda que os indivíduos apostem em uma dimensão genérico-universal da cultura, aquela que permite vislumbrar que para além das particularidades e singularidades de territórios e grupos, há uma dimensão humanística reconhecida e valorizada pelo atores sociais que colabora para reconstruir sentidos e desenvolver novas formas de apreensão e intervenção no mundo. Toda a cooperação internacional é baseada na crença de um *ethos* comum que age sobre e a partir dos particularismos e que permite o diálogo, no caso o diálogo de

¹ Artigo apresentado no Seminário A Cooperação Cultura-Comunicação na Ibero-América. Madrid - março de 2007.

² Jornalista, ensaísta e editora. E-mail: mporto@xbrasil.net.

imaginários, linguagens, sonhos, visões de mundo e perspectivas que acreditam nessa possibilidade do encontro porque crêem que há uma dimensão humana que transcende o narcisismo das pequenas diferenças.

Vozes diferentes mas não indiferentes entre si; vozes de um espaço polifônico que elude toda jurisdição da história, da filosofia, da geometria; vozes de um espaço que não anula as perguntas numa seqüência de idéias, mas as transforma nas etapas de uma viagem que costeia quantidades de idéias, fatos e experiências (MALDONATO, 2004a)

Se a crença em um *ethos* comum é constituinte do ato de fazer algo juntos e se essa crença vem acompanhada da proposta de descobrir mutuamente outras formas de criar, pensar e estar no mundo, o primeiro desafio do estatuto da cooperação cultural internacional é o de compreender os sentidos e imaginários contemporâneos que dão sustentação a esse espaço de encontros e ao mesmo tempo agir para evitar assimetrias que fechem essa possibilidade ao negar a dimensão mais universalista da cultura. Ou que estejam planteadas em condições desiguais para participar de forma equânime desse processo.

Isso significa arriscar modalidades de cooperação que fujam da lógica política tradicional, redefinindo a matriz de ação a partir de redes sociais mais próximas da realidade do público objeto de cooperação ou de redes virtuais que operem pela lógica de interesses compartilhados. O uso das novas tecnologias não pode ser mais ignorado, pelo contrário, deve ser pensado como estímulo a participação dos mais jovens e também como oportunidade para estender os benefícios da cooperação a um número maior de pessoas.

No texto que segue irei apresentar alguns elementos que devem ser objetos de reflexão no desenho dos programas de cooperação internacional que articulam a relação comunicação e cultura e sugerir propostas de ação a partir de três seções: uma análise sobre o novo tipo de protagonismo cultural e ativismo cívico que surge com as redes virtuais, uma proposta de como trabalhar a partir da finalidade de melhorar as condições de acesso compreendido a partir da correção de assimetrias no processo de criação e apreensão culturais e por último, uma crítica de algumas noções utilizadas na retórica oficial dos documentos internacionais de cultura e cooperação.

A noção de diálogo, definida pelo físico David Bohm, “como uma ação que visa a examinar, compreender e modificar nossa visão de mundo fragmentada, nossa

tendência à divisão, à separação e à exclusão (inclusive a social), que tantos problemas nos têm causado ao longo da história” (BOHM, 2005, p.30) é a base do sentido de cooperação cultural internacional que iremos desenvolver a seguir.

Comunicação e cultura, uma relação indissociável

Durante as últimas décadas a tecnologia moderna teceu uma rede de comunicações que põe boa parte do mundo em um sistema intenso de conectividade. Crianças e jovens, de etnias, classe sociais e econômicas diferentes, se comunicam cada vez mais através de comunidades virtuais, blogs e chats.

Nasce um novo paradigma de comunicação que coloca em cena novos sentidos e percepções sobre a vida, sobre si mesmo e sobre os outros, e também sobre estar junto e com os outros, estrutura outras linguagens e formas de escrita e leitura que constroem um novo tipo de protagonismo cultural e de participação e mobilização na vida pública. Nessa modalidade de atuação em rede, as fronteiras entre o pessoal (mais do que o privado) e o público se diluem, produzindo gozo e indignação na mesma medida quando se acessa a intimidade de vídeos que contam detalhes da vida de um desconhecido em um quarto escuro de uma cidade qualquer como na mobilização de atos públicos por justa indignação.

Todo o processo conhecido de criação e absorção de sentidos é alterado, pois entre o ato de criar na intimidade do seu quarto, e exibir em rede, aciona de forma quase imediata um público de milhões de pessoas, através de sistemas como o You Tube, que riem, choram e interagem, formando uma massa crítica invisível às políticas culturais dos Estados e dos sistemas de cooperação internacionais. Como entender os novos modos de rir e chorar? De participar e se mobilizar? De criar e cooperar?

Como explicar que nossos filhos narrem a sua vida, as suas angústias e perguntas, através de blogs onde postam cartas, fotos de sua cotidianidade, conflitos e brigas com amigos, namorados e namoradas, deificando o presente, o aqui e agora como forma de existência e de identidade grupal?

Essas formas atuais de se relacionar, onde a comunicação se tece na costura do cotidiano, ao som das músicas baixadas de forma livre pela internet, de diários construídos por instantâneos de câmeras digitais, de fragmentos de pensamentos, de livros de receitas culinárias é marcada pela presentificação e particularização dos processos de criação e apreensão cultural.

Os interesses que movem centenas de milhares de pessoas em comunidades virtuais partem cada vez mais do senso comum de elementos recortados do cotidiano, de vivências particulares e gostos grupais.

O You Tube é a versão mais clara dessa afirmação de um meio virtual como espaço de visibilização de idéias e personagens anônimos para as configurações tradicionais da indústria cultural. Os sites de bandas de música, de videoartistas, os blogs jornalísticos que narram o cotidiano de cidades em guerra sob a perspectiva de quem vive nelas estão transformando seres antes anônimos em verdadeiras celebridades virtuais acessados por centenas de milhares de pessoas em todo o mundo de um dia para o outro. E começam a impactar os meios tradicionais de imprensa, televisão e os mercados fonográfico e editorial. Essa modalidade de protagonismo cultural, que opera basicamente através de duas dimensões culturais, a singular-individual e a particular-grupal, altera significativamente a relação comunicação e cultura na atualidade devendo ser aprofundados estudos que apontem para as formas de ação de perspectivas mais universalistas e humanistas, como é o caso das programadas em cooperação internacional.

Algumas questões devem ser destacadas nesse cenário:

Quando falamos de cooperação, ou seja, de trabalharmos juntos para criar algo em comum, estamos considerando que para as novas gerações a cibercultura redefiniu a relação tempo-espaço e, portanto, o sentido do que vale a pena fazermos juntos? E que o momento talvez não seja o futuro, mas o aqui e agora? O sociólogo francês estudioso dos sentidos e impactos das trocas virtuais, Pierre Levy alerta:

O ciberespaço, interconexão dos computadores do planeta, tende a tornar-se a maior infra-estrutura da produção, da gestão, da transação econômica. Em breve, constituirá o principal equipamento coletivo internacional da memória, do pensamento e da comunicação. Em suma, daqui a algumas décadas, o ciberespaço, suas comunidades virtuais, suas reservas de imagens, suas simulações interativas, sua irreprimível profusão de textos e sinais serão o mediador essencial da inteligência coletiva da humanidade. Com esse novo suporte de informação e comunicação, estão emergindo gêneros de conhecimentos inéditos, critérios de avaliação inéditos para orientar o saber, os novos atores na produção e no processamento dos conhecimentos. Toda e qualquer política de educação (e eu diria de cooperação) deverá levá-lo em consideração. (LEVY, 2005)

O grande desafio é encontrar nessas novas categorias de comunicação cultural abertura para desenvolver a dimensão genérico-universal que a cooperação

internacional requer, forjando redes de convivência que reconheçam um *ethos* formado por valores e princípios humanistas capazes de fortalecer o exercício de um tipo de cidadania que permite o diálogo na concepção proposta por David Bohm, ampliando, em processos de negociação contínuos, as visões de si e do mundo, do sentido de coresponsabilidade com os destinos da humanidade.

Aqui é importante sinalizar que há espaços concretos para isso, quando estimulados de forma intencional, essa cidadania virtual age com vigor. Não se podem esquecer as manifestações promovidas nas ruas da Espanha através da internet por jovens indignados com as explosões do 11 de março no metrô em Madrid, ou o ativismo planetário contra Davos e a favor do Fórum Social Mundial. Há um espírito latente nesse ativismo virtual que pode ser a fonte de uma nova modalidade de cooperação internacional cultural que aja para o fortalecimento desse *ethos* universalista.

Um exemplo de como pensar essa ação é imaginar que a recente exposição sobre Direitos Culturais promovida pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional que reuniu vários artistas gráficos do espaço ibero-americano, poderia estender seus limites a uma exposição virtual na qual todos que desejassem pudessem postar e exibir suas produções artísticas em espaços organizados por tipos de intervenção – artes gráficas, plásticas ou mediáticas - ou origem do produtor – profissional, amador, estudante, dentre outras.

Uma ação circunscrita no tempo e no espaço poderia ganhar uma dimensão e uma capilaridade, se fazendo presente em escolas, centros culturais e comunitários, pequenos estúdios gráficos e audiovisuais ou simplesmente permitindo a presença de qualquer indivíduo, em rede virtual planetária, desde que os estímulos à participação se dêem de forma pensada, planejada e propositiva.

Essas formas intensas de conectividade e essas novas modalidades de protagonismo cultural nos propõem desafios para o desenho das políticas de cooperação culturais no que tange a:

- a) experimentação e a inovação estética;
- b) as formas de narrativa, recepção e formação de público;
- c) e especialmente a compreensão de um novo tipo de imaginário coletivo impulsionado pela fragmentação e pelo narcisismo das pequenas diferenças que coloca em xeque os modos tradicionais de estar junto, se emocionar, cooperar e atuar.

Uma questão se apresenta como essencial nesse conjunto de categorias de ação: como reduzir as assimetrias presentes nas formas de apreensão e participação dos

processos culturais e comunicacionais? Qual o compromisso das organizações de cooperação para desenvolver condições de equidade nas relações de cooperação? Como estabelecer uma relação de cooperação entre iguais em contextos de desigualdades nos processos de elaboração do conhecimento e de acesso às tecnologias?

Nesse ponto entro em outra questão de análise relevante para o desenho de políticas de cooperação articuladas a partir e com a cultura e a comunicação, o debate sobre as noções que devem nortear as linhas e os objetivos programáticos de tais iniciativas.

As condições de acesso como finalidade da cooperação

Contribuir para a formação de agentes capazes de participarem da vida pública de forma consciente e ativa, em uma sociedade capaz de estabelecer fóruns de diálogo e participação cidadã, é uma das ações mais desafiadoras das políticas culturais de cooperação.

Uma política de cooperação internacional que articula comunicação e cultura não tem como destinatários únicos artistas e produtores, mas as sociedades, especialmente os mais jovens. Não para entretê-los, mas para criar oportunidades reais de enriquecimento humano, de acesso ao conhecimento produzido pela enorme diversidade cultural e ambiental do planeta, do reconhecimento da nossa e de outras identidades culturais, de experiências culturais que emocionem, que modifiquem a nossa maneira de ver e estar no mundo. E que nos habilitem, se assim desejarmos, a ser ativos participantes das escolhas sobre nosso presente e nosso futuro.

Uma política de cooperação voltada para as pessoas estabelecida através de redes sociais e comunitárias, de braços dados com a ética que valoriza a vida, a justiça e o reconhecimento da pluralidade cultural. Capaz de promover públicos leitores, de estimular a curiosidade sobre si e sobre os outros, de expandir as experiências culturais e com elas a vontade de se relacionar com o diferente sem que ele represente uma ameaça. Ou seja, uma política de cooperação voltada para a formação cultural das pessoas, de ampliação dos imaginários e das sensibilidades, para tornar a vida àquilo que ela deveria ser por princípio: mais humana.

Uma política que inspire as pessoas e as impulsione de forma crítica e construtiva a enfrentar os desafios da vida pessoal e coletiva. Que estimule protagonistas e não beneficiários de outras políticas.

Essa política só é possível se agirmos sobre as diversas assimetrias que configuram o acesso à cultura e que vão das habilidades de ler, ver e ouvir a realidade vivenciada e conseqüentemente os acervos culturais, e também a enorme disparidade de acesso aos novos meios. Essa disparidade não é, como parece em análises mais superficiais, de acesso ao computador e a internet, mas de habilidade de uso e aproveitamento desses meios como dispositivos educativos e culturais.

Acesso então é promover o diálogo de culturas em contextos de igualdade e cooperação, agindo para fortalecer as iniciativas que possam promover a todos as mesmas condições para participar da vida cultural, na visão defendida pela UNESCO em seu Informe 2001-2002:

Um acesso desigual aos meios de expressão cultural, novos ou tradicionais, implica não somente uma negação do reconhecimento cultural, mas algo que afeta seriamente o sentimento de pertencimento de indivíduos e comunidades à sociedade do conhecimento, ou a sua exclusão dela. A cultura possui laços múltiplos e complexos com o conhecimento. A transformação da informação em conhecimento é um ato cultural, como é o uso a que se destina todo o conhecimento. Um mundo autenticamente rico em conhecimento há de ser um mundo culturalmente diverso. (MATSUURA, 2002, Prefácio.)

Nesse ponto uma gestão cultural atenta a prover a educação do que ela parece ter perdido, o conhecimento humanístico e a autonomia crítica, é a âncora desse desenho. Um processo educacional e educativo enriquecedor, que amplie a visão de mundo e as perspectivas de cada um, parte de dentro e de fora dos muros escolares. Ganha relevância nos conteúdos gerados pelos veículos de comunicação, na internet, nos celulares e ipods. Nos bancos escolares e nos centros de cultura, nos teatros, nas ruas e praças das cidades onde os encontros se tornam possíveis quando promovidos de forma criativa e sistemática. Onde se abra espaço para o experimental, para o comunitário, para o estranho, que dialogando com o tradicional, o clássico, o de sempre, produzam novos sentidos, aprendizados já preconizados pela antropofagia cultural de Oswald de Andrade.

Evidente que essa é uma tarefa complexa que não pode ser assumida só pelos agentes de cooperação internacional, mas deve ser uma finalidade cooperar para fortalecer os processos que conduzam a uma melhora das condições de acesso ao conhecimento, e isso não deve ser alcançado sem que se fortaleçam, especialmente na América Latina, os laços entre cultura e educação.

Laços que se estabelecem através dos espaços formais, em redes de escolas, mas também através de redes comunitárias, de redes de aprendizado desenvolvidas através de finalidades sócio-pedagógicas. Um exemplo são as organizações não-governamentais de base comunitária que agem localmente visando melhorar e ajustar as condições sócio-culturais das populações locais. Em rede com outras organizações que atuam com interesses semelhantes e com objetivos comuns, aprendem nas trocas de experiências a produzirem resultados melhores e mais rápidos. Estabelecer programas de cooperação que criem oportunidades de estabelecer essas redes de aprendizado a partir de temas relevantes para o espaço ibero-americano parece ser uma aposta correta que pode interferir positivamente na equalização das condições de acesso especialmente para a formação dos mais jovens.

Refletir sobre esses contextos de desigualdade e assimetrias históricas nos leva a uma outra preocupação: o uso corrente de certas noções como a de diversidade cultural, como princípio e fim das políticas culturais, sejam elas locais, nacionais ou internacionais.

Sobre esse tema refere-se à seção seguinte.

Cultura, identidades e um mundo de inquietudes

As preocupações tradicionais do campo da cultura e das políticas culturais põem em relevo a necessidade de garantir a diversidade cultural e a sua visibilidade nos meios de expressão e comunicação. No entanto, a ênfase na diversidade e nos instrumentos para por em relevo as múltiplas formas de expressão, línguas, etc, não necessariamente cria as condições de respeito, justiça e igualdade desejadas por todos.

Em um mundo marcado por conflitos culturais o convite à diversidade é sedução capaz de superar preconceitos, assimetrias, discriminação e rejeição? De rever nossos valores, nossa visão de mundo?

Mauro Maldonato em conferência no Fórum Mundial Cultural faz o alerta:

A diversidade cultural pode assumir o vulto inquietante do inimigo, do invasor, daquele que nega a tradição, a liberdade intelectual, a riqueza científica, o nosso senso de verdade e de beleza.

E segue

A diversidade cultural entendida como encontro, como possibilidade de aprendizado e conhecimento, de enriquecimento humano depende de um *ethos* fundamentado na dignidade da cultura da pessoa humana de um forte senso de responsabilidade por si e pelo outro, muito além do conformismo da identidade e dos ídolos coletivos. (MALDONATO, 2004b)

Um amálgama cultural sem ética e sem valores bem fundados que garantam a universalidade da condição humana, que dêem sentido para a vida cotidiana de milhões de habitantes que vivem em guerra que são expulsos de seus países de origem pela fome, pela miséria, por intolerâncias de todos os tipos.

O Brasil é um bom exemplo de como o reconhecimento da diversidade cultural não é condição para a ausência de reconhecimento político e social de grupos historicamente excluídos ou marginalizados. É o caso da população negra que possui uma grande representatividade nos símbolos e arquétipos culturais e poucos avanços sociais, econômicos e políticos.

Uma descrição desse tipo de discriminação que se mantém ao longo da história, apesar do reconhecimento oficial da nossa diversidade cultural, pode ser encontrada na fala abaixo do economista Ricardo Henriques, estudioso das disparidades raciais no Brasil:

Por exemplo, se nós pensarmos nas juventudes, o desafio para as políticas públicas não têm, necessariamente apenas, a ver com dados de escolaridade. É preciso pensar nas relações raciais. Com todos os erros, desvios e imprecisões, faltas e perdas que trazem as estatísticas, enquanto um jovem branco de 25 anos tem 8,4% de estudo, um jovem negro, da mesma idade nesse país, tem em média 6,7% de estudos. Ou seja, a diferença de 2,3 anos, é uma diferença extremamente alta. E quando nós olhamos no tempo, vemos que a distância entre branco e negros se mantém. Ao longo de um século, nós podemos traçar duas linhas paralelas. Esse país tão exuberante, que foi se modificando, que melhorou nos últimos anos, mantém as distâncias sociais. Apesar de tudo ter melhorado, de toda a tecnologia, apesar de ter se transformado, um jovem branco e um jovem negro vêm hoje a mesma distância social que seus avós viam. E, se considerarmos que esta juventude vive sob esta ameaça cotidiana, é impossível que haja para ela alguma perspectiva de futuro. (HENRIQUES, 2002, quarta capa).

A realidade traçada acima assinala a distância entre “reconhecimento cultural” fundado na lógica do reconhecimento da diversidade cultural como prerrogativa social, e do “reconhecimento político e social” o que põe em xeque o objetivo per si da

diversidade cultural como motivo, origem ou finalidade das políticas de cultura. Sem considerar as desigualdades políticas e sociais e as prerrogativas éticas de qualquer política fundamentada em cultura ou culturas, o discurso da diversidade perde poder político e passa a ser mais uma retórica dos documentos oficiais para se auto-justificarem.

Como então, sem opor-se a idéia de que é necessário preservarmos a nossa diversidade cultural, não transformarmos essa noção em puro exotismo cultural destituído de poder político para redefinirmos a matriz de intervenção das políticas de cooperação cultural como caminho relevante de desnaturalização das desigualdades?

Nesse ponto eu diria que a tarefa de uma verdadeira cooperação é operar por aquilo que nos faz semelhantes, que nos humaniza diante das diferenças, que nos habilita a ouvir mais do que a falar. A comunicação a serviço de uma ética da vida, dos valores fundamentais que nos iguala a todos apesar das nossas diferenças culturais, de nossos particularismos identitários.

Uma comunicação capaz de acionar a nossa consciência pessoal e coletiva e que possui, segundo o colombiano Bernardo Toro, três características:

- 1) arqueologia da consciência: pretende explicitar porque temos a consciência que temos. Organiza e fundamenta a memória pessoal e social;
- 2) ordena o caos presente: procura oferecer ferramentas de análise, interpretações e sentidos a ambigüidades e incertezas cotidianas;
- 3) cria visões de futuro desejáveis, baseada na ética e em valores universais.

Ou seja, mais do que à serviço das culturas ela colabora para ordenar a consciência e as compreensões sociais em favor da dignidade humana.

Sem essa condição, dificilmente a dimensão cultural genérica-universal que dá sustentação ética e política para a cooperação internacional terá sentido para essa e as novas gerações.

Uma síntese de elementos pode indicar o caminho da cooperação internacional no que tange as relações entre comunicação e cultura que cito abaixo como proposta de conclusão:

- 1) Entender que o próprio sentido de cooperar mudou drasticamente, na medida em que trabalhar para algo em comum está suspenso nas formas atuais de narrativa promovidas pela cibercultura, alterando a relação tempo-espço, as forma de experimentar, criar, ler, ver e atuar. É preciso inventar novas formas de participar ativamente desse processo, partindo de um *ethos* comum e ganhando

sustentação nas redes comunitárias, nas redes de convivência e aprendizados que se estabelecem no cotidiano das pessoas e que propõem novas modalidades de cooperação, para além das relações governamentais e entre agências internacionais;

- 2) Habilitar as pessoas a ler, ver e ouvir. A formar um *ethos* e uma consciência capaz de não interpretar o diferente como ameaça. Uma estratégia é a exemplo das trocas virtuais, é visibilizar o que nos aproxima, o que coloca a nossa humanidade em ação a partir da lógica do interesse comum e do senso de coresponsabilidade. A tarefa da cooperação internacional é a de fortalecer os processos que visam reduzir as assimetrias no acesso ao conhecimento e as formas de atuação através das novas tecnologias;
- 3) A diversidade é uma resposta importante, mas não é suficiente para enfrentar os conflitos culturais do nosso tempo. A cultura não pode ser mais importante que garantir a universalidade da condição humana. Para tanto a comunicação deve estar primeiro a serviço da ética e dos valores que garantam a vida e a dignidade humana. Há que se cuidar para que não nos tornemos indivíduos culturalmente fortes e moralmente supérfluos.

Referências

BOHM, David. **Dialógo**: comunicação e redes de convivência. São Paulo: Palas Athena, 2005.

HENRIQUES, Ricardo. **Juventude, Cultura e Cidadania**. Rio de Janeiro: UNESCO e ISER, 2002.

LEVY, Pierre. Educação e Cybercultura. A nova relação do saber. **Núcleo de Estudos do Futuro**, PUC-SP. Disponível em http://www.nef.org.br/index.cfm?cd_artigo=92, 2005.

MALDONATO, Mário. **A ordem espontânea do conhecimento**. Conferência proferida em seminário internacional no Sesc- São Paulo, 2004a.

MALDONATO, Mário. **La Diversita' Culturale come patrimonio e paradigma dell'umanita**. Conferência proferida no Forum Mundial de Cultura. São Paulo, 2004b.

MATSUURA, Koichiro. **Informe Mundial de Cultura 2001-2002**. Paris: UNESCO, 2001.

TORO, José Bernardo. **A Construção do Público**: cidadania, democracia e participação. Rio de Janeiro: Senac, 2005.